



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 134

QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 155^a SESSÃO, EM 19 DE AGOSTO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 285/92 (nº 491/92, na origem), encaminhando cópia do texto da Lei Delegada nº 12, de 7 de agosto de 1992, que dispõe sobre a instituição de Gratificação de Atividade Militar para os servidores militares federais das Forças Armadas.

1.2.2 — Aviso do Secretário-Geral da Presidência da República

— Nº 1.062/92, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 441, de 1992, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

1.2.3 — Requerimentos

— Nº 628/92, de autoria do Senador Almir Gabriel, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo de autoria do Ministro da Saúde, Adib Jatene, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título “O tributarista, o juiz e o ministro”, edição de 15 de agosto de 1992.

— Nº 629/92, de autoria do Senador Francisco Rollemburg, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado da matéria “O tributarista, o juiz e o ministro” de autoria do Ministro da Saúde Adib Jatene, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 15 de agosto de 1992.

— Nºs 630 e 631/92, de autoria do Senador Ronan Tito, solicitando ao Ministro da Agricultura e ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, esclarecimentos que menciona.

1.2.4 — Discursos do Expediente.

— SENADOR JÚLIO CAMPOS — Centenário de nascimento de Fenelon Müller.

— O SR. PRESIDENTE — Fala associativa às homenagens tributadas ao Sr. Fenelon Müller.

— SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA — Declaração dada pelo Governador Antônio Carlos Magalhães, atribuída ao Senador José Sarney, divulgada pela Imprensa referente ao desligamento de S. Ex^e do PDC e seu posicionamento em favor do impeachment do Presidente Collor.

— SENADOR EDUARDO SUPLICY — Protelação que estaria ocorrendo na resposta ao pedido de informações, encaminhando ao Ministro Marcílio Marques Moreira, a respeito da destinação dos recursos do FGTS.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 425, de 1992, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no jornal *Diário do Nordeste*, sob o título “Patrônio do desenvolvimento”, edição de 14 de junho de 1992. *Aprovado*.

— Requerimento nº 432/92, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título “Por que o Finsocial”, edição de 13 de junho de 1992. *Aprovado*.

— Requerimento nº 443/92, de autoria do Senador Valmir Campelo, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 76/91, de sua autoria, que dispõe sobre pensão militar. *Aprovado*.

— Requerimento nº 480/92, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 258/91, de sua autoria,

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

que fixa o valor dos títulos públicos na composição do preço para aquisição de bens a serem alienados. Aprovado.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1992, que dá nova redação ao artigo 47 da Constituição. Em fase de discussão. (1^a sessão).

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

— SENADOR HUMBERTO LUCENA — Discriminação que estaria ocorrendo, por parte do Poder Executivo, na concessão de gratificações aos servidores civis e militares em face da implantação da isonomia salarial.

— SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Defesa de um sistema educacional consistente para que possa haver capacitação científica e tecnológica e uma economia sólida.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE
Nº 335, de 1992

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUMÁRIO DA ATA DA 23^a SESSÃO,
REALIZADA EM 29-7-92
RETIFICAÇÃO

Na publicação do Sumário, feita no DCN (Seção II), de 30-7-92, na página nº 6151, 2^a coluna, no item 1.2.8

— Comunicação da Presidência,

Onde se lê:

— Recebimento das Mensagens nº 269 a 171/92 (nº 360 a 362/92, na origem)...

Leia-se:

— Recebimento das Mensagens nº 269 a 271/92 (nº 360 a 362/92, na origem)...

Ata da 155^a Sessão, em 19 de agosto de 1992

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura
Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Iram Saraiva e Epitácio Cafeteira

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz — Aureo Mello — Carlos De'Carli — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Enéas Faria — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Garibaldi Alves Filho — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Paulo Bisol — José Sarney — Júlio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Lucídio Portella — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Rônali Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1^º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

Nº 285, de 1992 (nº 491/92, na origem), de 7 do corrente, encaminhando cópia do texto da Lei Delegada nº 12, de 7 de agosto de 1992, que dispõe sobre a instituição de Gratificação de Atividade Militar para os servidores federais das Forças Armadas.

É a seguinte a Lei Delegada editada pelo Senhor Presidente da República:

LEI DELEGADA Nº 12, DE 7 DE AGOSTO DE 1992.

Dispõe sobre a instituição de Gratificação de Atividade Militar para os servidores militares federais das Forças Armadas.

O Presidente da República.

Faço saber que, no uso da delegação constante da Resolução nº 1, de 1992 — CN, decreto a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Atividade Militar, devida mensal e regularmente aos servidores federais das Forças Armadas, pelo efetivo exercício de atividade militar, ou, em decorrência deste, quando na inatividade.

§ 1º Excluem-se do disposto neste artigo as praças prestadoras do serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial.

§ 2º A Gratificação de Atividade Militar passa a integrar a estrutura remuneratória dos militares da ativa e os proventos na inatividade de que tratam os arts. 2º, II, e 59, parágrafo único, da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991.

Art. 2º O valor da Gratificação corresponde a 160% do soldo ou quotas de soldo do respectivo posto ou graduação, e será implantado gradativamente, de forma não cumulativa, nos seguintes percentuais:

- I — oitenta por cento, a partir de 1º de julho de 1992;
- II — cem por cento, a partir de 1º de outubro de 1992;
- III — 120%, a partir de 1º de dezembro de 1992;
- IV — 140%, a partir de 1º de fevereiro de 1993;
- V — 160%, a partir de 1º de abril de 1993.

Art. 3º Observadas as exclusões de que trata o inciso II do art. 3º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, em nenhuma hipótese serão pagas, aos militares, ativos ou inativos, vantagens que, somadas, ultrapassem duas vezes o valor do maior soldo, nelas incluída a Gratificação de Atividade Militar, objeto desta Lei.

Art. 4º Sobre a Gratificação de Atividade Militar incidirá a contribuição para a pensão militar, correspondente a um dia e meio de gratificação, independentemente da contribuição de que trata o art. 96 da Lei nº 8.237, de 1991.

Art. 5º Esta Lei Delegada entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de julho de 1992, observada a graduação estabelecida pelo art. 2º.

Brasília, 7 de agosto de 1992; 171º da Independência e 104º da República. — Fernando Collor.

AVISO DO SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Aviso nº 1.062/92, de 18 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 441, de 1992, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram anexadas ao Requerimento, que vai ao arquivo, e encaminhadas cópias ao Requerente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 628, DE 1992

Solicito, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo de autoria do Ministro de Saúde, Adib Jatene, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título “O tributarista, o juiz e o ministro”, edição de 15 de agosto de 1992.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 1992. — Senador Almir Gabriel.

REQUERIMENTO N° 629, DE 1992

Requeiro, nos termos do art. 210 do Regimento Interno, a transcrição, nos Anais do Senado, da matéria “O tributarista, o juiz e o ministro” de autoria de Sua Excelência o Sr. Ministro de Estado da Saúde Adib. D. Jatene publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 15 de agosto de 1992.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 1992. — Senador Francisco Rollemburg.

(*Ao exame da Comissão Diretora.*)

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 630, DE 1992

Nos termos do art. 215, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestados a esta Casa, pelo Senhor Ministro da Agricultura, os seguintes esclarecimentos:

1. Está havendo importação de leite em pó?
2. Quantas toneladas?
3. Autorizadas por quem?

Justificação

Tal solicitação prende-se ao fato de que o Brasil, atualmente, em plena entressafra, encontra-se com produção excessiva de leite, tanto *in natura*, quanto em pó.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 1992. — Senador Ronan Tito.

(*Ao exame da Mesa Diretora.*)

REQUERIMENTO N° 631, DE 1992

Nos termos do art. 215, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestados a esta Casa, pelo Senhor Ministro da Economia, os seguintes esclarecimentos:

1. Está havendo importação de leite em pó?
2. Quantas toneladas?
3. Autorizadas por quem?

Justificação

Tal solicitação prende-se ao fato de que o Brasil, atualmente, em plena entressafra, encontra-se com produção excessiva de leite, tanto *in natura*, quanto em pó.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 1992. — Senador Ronan Tito.

(*Ao exame da Mesa Diretora.*)

O Sr. Epitácio Cafeteira deixa a cadeira a presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, que proferirá oração alusiva ao transcurso do centenário do ilustre brasileiro, genitor do ex-Senador Gastão Müller, Fenelon Müller.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Transcorre hoje o centenário do nascimento do engenheiro Fenelon Müller, destacado político mato-grossense, membro de uma importante família cuiabana que ao longo deste século vem tendo intensa participação na política de meu Estado, granjeando, assim, projeção nacional.

Nascido em 19 de agosto de 1892, em Cuiabá, Fenelon Müller — filho do comerciante Júlio Frederico Müller e de Dona Rita Teófila Correia da Costa Müller — foi nomeado interventor do Estado de Mato Grosso em 1935. Seu irmão Júlio Müller — Senador Gastão Müller — também foi governador e interventor federal, entre 1937 e 1939, enquanto outro irmão, Filinto Müller, exerceu nesta Casa vários mandatos, num total de 22 anos, dentre eles a Presidência do Senado e do Congresso Nacional. O filho de Fenelon Müller — aqui presente, com muita honra para nós, nesta tarde — também esteve fazendo parte desta Casa do Congresso Nacional por duas oportunidades: como Suplente nos anos 60, assumindo mandato por afastamento do titular da cadeira, o então Senador Vicente Bezerra Neto — grande cearense, que foi para Mato Grosso na década de 60 —, e como titular do mandato de 1979 a 1987, tendo feito parte da Mesa Diretora.

Fenelon Müller fez o curso primário e ginásial no Colégio São Gonçalo, obtendo sempre o primeiro lugar na sua classe. Ao receber o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, em 1910, foi escolhido orador da turma. Submetendo-se a concurso público, foi licenciado como agrimensor pela Repartição de Terras Públicas do Estado de Mato Grosso, onde foi Auxiliar Técnico e, posteriormente, Diretor-Geral. Foi nomeado Professor de Matemática da Escola Normal, desde a criação daquela casa de ensino.

Em 1918, diploma-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo, sendo escolhido novamente como orador oficial. Foi Condutor Técnico e depois Engenheiro Residente da V Divisão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, onde, além de outros serviços, trabalhou no reconhecimento da variante Iraçatuba-Juquiá e dirigiu os trabalhos de reforço da antiga ponte metálica destinada ao rio Paraná, que foi aproveitada, em seções, nos rios Aquidauana, Salobra, Antas e outros. Iniciou também os trabalhos de concretagem dos pilares da ponte, ainda existente, sobre o legendário rio Paraná.

De volta a Mato Grosso, começa sua carreira política ao ser eleito vereador na cidade de Três Lagoas, que hoje pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul. Posteriormente, assumiu a prefeitura daquela cidade, marcando sua administração pela organização daquele novo município, com obras de arborização e de arruamento, com a abertura de rodovias, como a que liga Três Lagoas a Santana do Parnaíba. Ainda como prefeito promoveu a divisão racional da terra em lotes e empenhou-se na divisão das terras destinadas à colonização, sendo um dos precursores da reforma agrária em Mato Grosso.

Entre 1927 e 1930 foi prefeito de Cuiabá, desenvolvendo ação administrativa verdadeiramente revolucionária. Sem ele-

var os impostos, conseguiu, desde o primeiro ano, duplicar a receita da cidade, graças a uma arrecadação muito eficiente. Empenhou-se no calçamento, com paralelepípedos, das principais ruas, permitindo o tráfego do antigo Bosque Municipal ao Porto. Adaptaou ao tráfego de veículos as estradas para os Distritos de Coxipó e Várzea Grande — com muita honra, minha terra natal — e subvencionou linhas de ônibus para esses locais, bem como para Cáceres, Rosário d'Oeste e Poxoréu. Ao modernizar os serviços internos da prefeitura, pôde melhorar sensivelmente as condições de trabalho dos servidores municipais.

Embora permanecendo como interventor federal do Estado por apenas seis meses, entre março e agosto de 1935, Fenelon Müller esforçou-se sobremaneira para restabelecer o equilíbrio das finanças do Estado, cuja situação era das mais precárias. Sempre preocupado com a questão das comunicações de Mato Grosso com o resto do País, conseguiu — em conjunto com o interventor federal do então Território do Acre — a criação da primeira linha aérea ligando Cuiabá a Rio Branco.

Durante vários lustros exerceu o cargo de Inspetor Federal de Ensino junto aos estabelecimentos de educação secundária de nosso Estado, tendo participação ativa na criação dos ginásios de Três Lagoas e Aquidauana. Lembro-me perfeitamente que os meus próprios documentos como estudante secundarista do Colégio Salesiano São Gonçalo de Cuiabá eram referendados pelo então Inspetor Federal de Ensino, Dr. Fenelon Müller.

Homem de intensa atividade em prol de sua comunidade, Fenelon Müller foi o organizador e presidente, durante muitos anos, da Associação Comercial de Cuiabá. Lutou pela aquisição da sede própria daquela entidade, que hoje desfruta de grande prestígio e que sempre foi, na sua gestão, um baluarte na defesa dos interesses do comércio.

Tendo sido um dos fundadores da Associação dos Criadores do Centro Mato-Grossense, foi também um dos grandes incentivadores das primeiras exposições de gado e de indústria em nosso Estado. No governo de Aníbal Toledo, Fenelon Müller conseguiu a importação, pelo Estado, para serem cedidos a particulares, de plantéis de gado holandês, normando e charolês, destinados à melhoria do rebanho estadual. Batalhador incansável pela agricultura, fundou a Revista Rural, que muito contribuiu para o aperfeiçoamento da nossa produção agropecuária.

Foi presidente da Santa Casa da Misericórdia de Cuiabá durante vários anos, tendo batalhado incansavelmente pela modernização dos serviços daquele hospital. Homem benemérito, o ilustre cuiabano Fenelon Müller também participou da fundação da Benemérita Liga Feminina Pró-Lázaro, que tantos e tão relevantes serviços prestou à comunidade social do nosso povo.

Apaixonado pelas lides jornalísticas, Fenelon Müller estreou nessa atividade quando ainda era estudante de ginásio, escrevendo para o semanário *O Cruzeiro*, o qual foi um dos fundadores. Colaborou em vários jornais do nosso Estado, adotando sempre o pseudônimo de André Gil.

Ainda muito jovem, acompanhei, pela imprensa mato-grossense, vários debates entre André Gil e outros jornalistas, principalmente na questão energética do Mato Grosso.

Aproveitando uma das longas estadas no Rio de Janeiro, escreveu uma série de artigos para o matutino *A Manhã* acerca de assuntos mato-grossenses. Esses trabalhos, na sua quase totalidade, foram reproduzidos depois pelos nossos jornais

locais. Dr. Fenelon Müller, como era conhecido, escreveu um brilhante artigo sobre a origem do cavalo pantaneiro, analisando suas duas espécies — o mimosiano e o poconeano — que, pela sua importância, foi traduzido para o espanhol e divulgado pela revista argentina *Cavalo Criollo*, tornando-se, assim, um jornalista de prestígio internacional.

O Dr. Fenelon Müller era casado com a Srª Alzita de Mattos Müller, também pertencente à tradicional família mato-grossense, tendo falecido no dia 26 de junho de 1976, na nossa querida Cuiabá, deixando três filhos: Gastão, Gabriel e Rita.

Como frisei no início de meu pronunciamento, Gastão Müller esteve nesta Casa como representante do meu Estado do Mato Grosso, entre 1979 e 1987, tendo, como Senador, exercido a liderança do seu Partido, a 4ª Secretaria da Mesa Diretora, a presidência da Comissão de Educação e Cultura e a função de Suplente da Mesa Diretora.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito, atuou também como jornalista e professor, foi Deputado Federal por várias legislaturas, exerceu o cargo de Secretário de Estado do Mato Grosso e está hoje presente a esta sessão em que faço uma homenagem à memória do seu pai, o saudoso Dr. Fenelon Müller.

Outro filho de Fenelon é Gabriel Júlio de Matos Müller. Graduado em engenharia agronômica (meu colega de profissão, por sinal), também foi Secretário de Estado do Mato Grosso, Deputado Estadual, suplente de Senador da República, presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso, Prefeito Municipal de Várzea Grande e Vereador na cidade de Lavras, em Minas Gerais, onde fazia o curso universitário.

Já a Dona Rita Generosa Müller Pereira da Silva, a única filha, exerce hoje o tabelionato do 4º Ofício da capital mato-grossense.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta data importante, nós, mato-grossenses, não poderíamos deixar de vir a esta tribuna do Senado Federal trazer a nossa mensagem de agradecimento à família Müller, em especial ao Dr. Fenelon Müller, cujo centenário de nascimento se completa no dia de hoje, pelo grande feito realizado na terra de Rondon.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^t um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS — Pois não, eminente companheiro Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Júlio Campos, evidentemente não conheço bem a história do Estado de Mato Grosso, mas tive oportunidade de conviver com o ex-Senador Gastão Müller aqui no Senado, e uma das vantagens do Senado é aproximar as pessoas, permitir que conheçamos um pouco mais cada um de nossos colegas. Muitas vezes somos de Partidos diferentes, porém, na época, éramos do mesmo Partido. Mas mesmo sendo de partidos diferentes, podemos ter uma convivência que deve servir de exemplo na política, porque, na política, não devemos brigar com os nossos adversários. E com o ex-Senador Gastão Müller tive uma convivência das melhores, respeitando o trabalho que ele exercia aqui na Casa, seja fazendo parte da Mesa Diretora, seja no trabalho do Plenário, não apenas pela sua eficiência, mas também pela preocupação que tinha em defender as idéias nas quais acreditava.

Por isso, quero solidarizar-me com o pronunciamento que V. Ex^t faz a respeito do pai dele, e dar o testemunho a respeito da convivência que tive aqui com o ex-Senador Gastão Müller, que sempre fez muita falta a esta Casa.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Muito obrigado. Incorporo, com muita honra, ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex^t, e devo realçar que se o Senador Gastão Müller deixou marcas inapagáveis nos Anais do Senado, não só com o seu comportamento retilíneo, de homem sério, de homem honesto e de um grande colega de Parlamento. O seu pai deixou registrado nas páginas da história de Mato Grosso também um exemplo de dignidade, de honestidade e de lealdade para com os amigos. Eu mesmo, ainda quando jovem, já interessado em política, dando os meus primeiros passos, ligado por atividades não só políticas como fraternais à família Müller, cansei de passar na casa do velho Fenelon Müller para pedir conselhos a ele, que era um homem que tinha visão. Embora já idoso, mas com uma lucidez magistral, era um dos grandes entusiastas da eletrificação de Mato Grosso, e naquela época ele já tinha preocupação com a construção da usina hidrelétrica da Barragem do Guia, do Rio Manso, cuja obra, infelizmente, hoje, no Governo de Fernando Collor, foi paralisada. A luta pelo Manso começou quando o então Presidente Jânio Quadros, como mato-grossense que era, fazia aquelas reuniões de governadores das regiões, e lá em Cuiabá realizou a reunião dos governadores do Centro-Oeste.

E foi lançada pelo Dr. Fenelon uma campanha intensa pela construção da Barragem do Guia, no Manso, e essa obra que ficou durante tanto tempo no sonho dos mato-grossenses, apenas em projetos do povo mato-grossense, tornou-se realidade no final do Governo do Presidente João Figueiredo, através do saudoso Ministro César Cals, que lançou a concorrência pública e, posteriormente, no Governo do então Presidente José Sarney, na gestão já do Ministro Aureliano Chaves, essa obra foi iniciada; infelizmente, no Governo do Presidente Collor, foi paralisada. Mas eu tenho certeza absoluta de que se essa usina for concluída um dia, que espero, queira Deus, seja dentro em breve, uma das justas homenagens que se poderia fazer seria chamá-la Usina Fenelon Müller.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Permite-me V. Ex^t um aparte, nobre Senador?

O SR. JÚLIO CAMPOS — Concedo o aparte ao nobre Senador Epitácio Cafeteira

O Sr. Epitácio Cafeteira — Nobre Senador Júlio Campos, eu não poderia deixar de participar do pronunciamento de V. Ex^t. Como o Senador Jutahy Magalhães, também não tive a felicidade de conhecer o Dr. Fenelon Müller, mas tive a grande honra de ser companheiro, no Parlamento, de Gastão Müller. E sendo, naturalmente, como filho, uma decorrência do seu pai, como a fruta é uma decorrência da árvore, tenho certeza de que Gastão Müller foi realmente esse homem extraordinário que V. Ex^t consegue registrar no pronunciamento que faz. Do Maranhão a nossa palavra para dizer ao povo de Mato Grosso: "Receba o nosso abraço pelo centenário de Fenelon Müller".

O SR. JÚLIO CAMPOS — Muito obrigado pelo aparte, eminente Senador Epitácio Cafeteira, que incorporo com muita honra ao meu pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, justamente nestes dois dias o Estado do Mato Grosso comemorou o centenário de dois grandes homens públicos. Ontem, em Cuiabá, ao lado do próprio Ministro da Justiça, Dr. Célio Borja, nós tivemos a oportunidade de comemorar o centenário do nascimento do também Governador do Estado do Mato Grosso,

Prefeito de Campo Grande, grande líder político do Estado, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, que foi companheiro de Partido, correligionário e admirador de Fenelon Müller. Numa solenidade marcante, a Junta Comercial de Mato Grosso foi a primeira junta a se integrar ao Sistema Nacional de Informatização, e o atual Governador, Jaime Campos, quis que essa solenidade fosse realizada justamente no dia de ontem, quando se comemorava o centenário do nascimento do Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Hoje, um dia após, 19 de agosto, Mato Grosso todo em festa comemora também o centenário do Dr. Fenelon Müller, honra que deixou ilustrada a história do nosso Estado.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por tudo isso não poderia deixar de relembrar, em nosso nome, em nome do Estado do Mato Grosso, e tenho certeza que em nome do Estado do Mato Grosso do Sul, onde o Dr. Fenelon Müller prestou relevantes serviços, o centenário do nascimento desse grande líder político, desse grande cidadão cuiabano, desse grande brasileiro que foi Fenelon Müller.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Júlio Campos?

O SR. JÚLIO CAMPOS — Com muita honra, ouço o aparte do grande Líder e ex-Presidente desta Casa, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Venho incorporar-me ao seu pronunciamento sobre o centenário do Dr. Fenelon Müller, membro de uma família lendária de Mato Grosso, que pelos seus pró-homens públicos, prestaram inestimáveis serviços não só ao seu Estado, mas ao País, nos mais diversos postos do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Posso dizer que as minhas palavras testemunham a homenagem de todos os Senadores da minha Bancada. Quem não se lembra do ex-Senador Filinto Müller, que presidiu também esta Casa do Congresso Nacional...

O SR. JÚLIO CAMPOS — Por duas vezes.

O Sr. Humberto Lucena — ...e pontificou, atuamente, na vida pública nacional, tendo sido um dos expoentes da cúpula do ex-Partido Social Democrata?

O SR. JÚLIO CAMPOS — Do nosso querido e saudoso PSD.

O Sr. Humberto Lucena — E a cujos quadros também pertenci, e que predominou no cenário nacional por muitos e muitos anos. Quem não se lembra do ex-Senador Gastão Müller, que está presente nesta sessão e foi sempre um dos Parlamentares mais lúcidos, mais eficientes e mais atuantes no Congresso Nacional? Nesta Casa, o ex-Senador Gastão Müller desempenhou um papel importantíssimo, tendo sido um dos mais destacados, vice-líderes do MDB e depois do PMDB. É para mim, de modo especial, bastante gratificante lembrar que esse ilustre mato-grossense, o ex-Senador Gastão Müller, quando liderei a Bancada do MDB, durante o meu primeiro mandato no Senado Federal, esteve sempre perto de mim como um dos meus vice-líderes mais leais, mais talentosos e mais dignos. Ainda hoje, embora afastado de mandato eletivo por uma mera circunstância eleitoral, pois certamente Mato Grosso ainda o trará de volta ao cenário nacional — ele continua prestando grandes serviços à sua terra, não só em Cuiabá como em Brasília. Por tudo isso, nobre Senador Júlio Campos, V. Ex^a com a sua presença nesta tribuna, ao render este preito à memória do Dr. Fenelon Müller, na oportu-

tuidade do seu centenário, sem dúvida está também se curvando, reverentemente, a esses outros valores da família Müller a quem me referi e que, sem dúvida nenhuma, estão incorporados ao patrimônio político nacional.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Muito obrigado, eminente Senador Humberto Lucena. Embora V. Ex^a seja da nossa querida Paraíba, lá no Nordeste, conhece bem a história de Mato Grosso e conviveu nesta Casa do Congresso Nacional com personalidades que honraram a política mato-grossense, dentre eles os integrantes da família Müller, tais como o saudoso Senador Filinto Müller, que presidiu o Congresso Nacional por duas vezes e foi líder do antigo PSD, partido ao qual V. Ex^a pertenceu e ao qual meu pai também foi filiado e grande lutador, transmitindo-me este sangue da pacificação da família pessedista, que deu a Mato Grosso o ex-Governador Júlio Müller, estadista que consolidou Cuiabá como Capital de Mato Grosso e que deu também a Mato Grosso outro irmão, Fenelon Müller, que foi o atuante Prefeito de Cuiabá, competente político mato-grossense, bem-sucedido jornalista e empresário, que deu a Mato Grosso três filhos: Dona Ritinha Müller, Dr. Gabriel Müller e o ex-Senador Gastão Müller que conviveu no Senado com V. Ex^a, na Câmara dos Deputados e que, realmente, mostra a estirpe, a grandiosidade, a linha de postura dos Müller de Mato Grosso.

A imagem de Fenelon Müller, que aqui destacamos na tarde de hoje, por ocasião de seu centenário é a do homem sério, íntegro, tão necessário neste Brasil atual, tão importante neste momento de crise da Nação brasileira. Muito obrigado pela oportunidade e os meus agradecimentos pelos apartes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa associa-se à homenagem que o nobre Senador Júlio Campos tributou na tarde de hoje ao grande brasileiro Fenelon Müller, na passagem do seu centenário. Homem que teve as suas virtudes agora merecidamente exaltadas, prestou, inquestionavelmente, relevantes serviços ao seu Estado, o de Mato Grosso.

Inspirado, certamente, na figura inolvidável de Fenelon Müller, todos os seus descendentes têm procurado honrar e dignificar a nossa Pátria. De forma particular, foram mencionados o ex-Senador Filinto Müller, que presidiu esta Casa com exemplar competência e com inexcedível espírito público; e o nosso colega Senador Gastão Müller, com quem tive o privilégio de conviver de perto no plenário do Senado Federal, aferindo as suas extraordinárias qualidades de cidadão, de líder político e de homem público de invejáveis qualidades.

Toda a trajetória de Fenelon Müller foi aqui relembrado pelo nobre Senador Júlio Campos, ilustre conterrâneo do inolvidável brasileiro, cujo centenário hoje comemoramos e que, após exercer o mandato de vereador pela cidade de Três Lagoas, Prefeito desse mesmo município, sem dúvida alguma, distinguiu-se pelo exercício de múltiplas atividades, sempre com aquela marca empreendedora que conseguiu transferir a todos os seus descendentes. Destaque-se que, com a sua visão empresarial, foi ele o responsável pela fundação e construção do prédio da Associação Comercial de Cuiabá, que transformou num plenário de discussão dos grandes temas ligados ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste do País.

Trata-se, pois, de um grande patriota que necessitava realmente de ver mencionados os seus méritos, como o fez de forma brilhante o nobre Senador Júlio Campos.

Nós nos associamos a esta homenagem, levando à família Müller, ao Governo de Mato Grosso e, de forma particular,

ao Senador Gastão Müller a nossa adesão espontânea e sincera, endossando todos esses conceitos lapidares que aqui foram tornados públicos e notórios, na tarde de hoje, na magistral oração do Senador Júlio Campos.

O Sr. Epitácio Cafeteira — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo palavra ao nobre Senador.

O Sr. Epitácio Cafeteira (MA. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, há dois dias, da tribuna deste Senado Federal, desliguei-me do Partido Democrático Cristão e me posicionei a favor da apuração total da verdade e punição dos culpados, consequentemente com a votação do **impeachment**.

Tinha certeza, Sr. Presidente, de que haveriam de me agredir os que querem evitar que o Brasil inteiro tome conhecimento do que está sendo apurado na CPI. Não pensei que, após o meu pronunciamento, algo acontecesse em termos de agressão.

Hoje, uso esta tribuna não devido a declarações dadas por pessoas assumindo a sua própria responsabilidade, mas por declarações dadas pelo Governador Antônio Carlos Magalhães — um dos pilares de sustentação do Governo Collor, que envolvem o nome de um Senador. Embora meu adversário, não acredito que o Senador José Sarney tenha feito aquela declaração ao Governador Antônio Carlos Magalhães.

Como se trata de um par, espero que o Senador José Sarney deixe claro, perante esta Casa, o que pensa a meu respeito e o que disse ao Governador Antônio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 30 de abril de 1992, apresentei requerimento solicitando informações relativas à destinação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que deveriam ser prestadas pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, e pela Caixa Econômica Federal, organismo que está sob a responsabilidade do Ministro da Economia.

No dia 11 de maio, a Mesa do Senado Federal encaminhou requerimento de informações ao Exmº Sr. Marcílio Marques Moreira.

Pois bem, Sr. Presidente, no dia 17 de julho de 1992, o Ministro Marcílio Marques Moreira encaminhou a S. Exª, o Sr. Senador Dirceu Carneiro o seguinte ofício:

“Sr. 1º Secretário:

Refiro-me ao Ofício SM nº 274, de 11 de maio de 1992, através do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informações nº 221 de 1992, de autoria do Senador Eduardo Suplicy sobre empreendimentos e operações levadas a efeito com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Em resposta, informo a V. Exª que, de acordo com a Caixa Econômica Federal, os esclarecimentos solicitados poderão ser obtidos no Conselho Curador do Fundo de Garantia, tendo em vista tratar-se de matéria que se insere no âmbito de sua competência.”

Ora, Sr. Presidente, trata-se de um ofício com característica e natureza nitidamente protelatórias. Tendo ainda con-

sultado o Dr. Theo, Diretor da Assessoria Legislativa do Senado, esta foi a sua opinião.

Não podemos admitir, Sr. Presidente, que o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, quando há uma informação de responsabilidade da sua pasta, respondendo a requerimento de informações do Senado, diga que eu possa obter a informação de organismo subordinado a ele: a Caixa Econômica Federal. A obrigação e a responsabilidade do Ministro, de acordo com a Constituição, está em que ele próprio responda ao Senado Federal, após obter as informações pertinentes junto à Caixa Econômica Federal e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Há cerca de vinte dias, minha assessoria conversou com a assessoria parlamentar do Ministério da Economia a qual transmitiu a informação de que estava tomando as providências.

Como demoram as providências a serem tomadas, hoje conversei com o Chefe de Gabinete, Dr. José Gregori, sobre o assunto, porque preciso dessas informações com a maior urgência. Disse-me o Dr. José Gregori que havia dúvidas na Caixa Econômica Federal sobre a questão do sigilo bancário.

Ora, está na justificação do meu requerimento, para dirimir qualquer dúvida referente ao § 4º do art. 38 da Lei nº 4.595, que dispõe sobre o sigilo bancário, anexo, o Parecer nº 173, de 1990, da Comissão de Constituição e Justiça que analisou a referida matéria e que coloca claramente a obrigação do Ministro da Economia em responder requerimentos, inclusive aqueles com informações relativas a sigilo bancário. E aqui estão informações, parte delas objeto de sigilo bancário e outras que não são.

Ora, o Chefe de Gabinete, Dr. José Gregori, informou-me que até às 16h dará a resposta devida. Quero alertar o Ministro da Economia que a Constituição Federal diz, com clareza, que comete crime de responsabilidade o Ministro que não responder em 30 dias aos requerimentos de informações do Congresso Nacional. Assim, quero ter a resposta até o final da data de hoje, porque, do contrário serei obrigado a encaminhar representação relativa a crime de responsabilidade do Ministro da Economia. Acredito, entretanto, que o Ministro da Economia, ciente das suas responsabilidades perante o Congresso Nacional, definidas na Constituição, irá responder corretamente o requerimento. Mas é preciso salientar a preocupação da população brasileira com respeito ao desenrolar da política econômica. Ainda no início da semana, o Ministro Marcílio Marques Moreira, secundado pelo Secretário da Política Econômica, Roberto Macedo, comentou sobre a dificuldade em governar diante da crise política.

Mencionou o Ministro Marcílio Marques Moreira a importância de se realizar uma reforma política a fim de que a economia não fique tão sujeita aos problemas de crises políticas.

Ora, de onde vem a crise política? Da falta de credibilidade do Presidente da República. O momento é sério, pois a taxa de desemprego no Brasil vem crescendo. Na Grande São Paulo, ela atingiu o recorde de 16,2% no mês de julho, mantendo-se no mesmo patamar do mês anterior. Segundo a pesquisa de emprego e desemprego da Fundação SEADE — Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos — e do DIEESE, a situação do mercado de trabalho na Grande São Paulo é grave. A Federação das Indústrias apurou 3.683 desempregados na indústria paulista na primeira semana de

agosto. Na última semana de julho, foram demitidos 3.033, o que indica estabilidade no ritmo de desemprego.

No ano, o total de desempregados, segundo a FIESP, soma 117.269 pessoas e, nos últimos doze meses, o número de desempregados chega a 174.442. Os técnicos da Fundação SEADE e do DIEESE esperavam uma queda na taxa de desemprego em julho, mês associado a um crescimento do nível da atividade econômica. O contingente de desempregados, entretanto, foi estimado em 1 milhão e 238 mil pessoas, em comparação com 933 mil pessoas em julho do ano passado. "A taxa de julho está na contramão das tendências históricas", disse Pedro Paulo Martoni Branco, Diretor Executivo do SIAFI. A crise política tem contribuído para o adiamento das decisões mais ousadas dos agentes econômicos. Em julho, houve uma redução de 1,1% da parcela de assalariados com carteira de trabalho assinada, um contingente praticamente igual ao registrado no final de 1985, de cerca de 2,9 milhões. A situação do desemprego só não foi pior em julho em razão do crescimento de 3,2% na construção civil.

Ora, Srs. Senadores, é exatamente o aspecto do desemprego que mais preocupa os assalariados e os trabalhadores, que não conseguem, seja no mercado formal, seja no mercado informal, qualquer oportunidade de sobrevivência. E há, obviamente, uma preocupação maior porque, como se sabe, tem havido dificuldades para os trabalhadores desempregados obterem, com a devida presteza, o seguro-desemprego.

O Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, informou que o Presidente Fernando Collor anunciará hoje a liberação de 2 trilhões para obras no setor da Construção Civil; que 1,5 trilhão será obtido mediante empréstimo tomado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, exatamente o Fundo de onde vêm as reservas para o pagamento do seguro-desemprego; e os abonos, que são os objetivos principais do Fundo de amparo ao Trabalhador, conforme estabelece a Constituição. Há que ressaltar a preocupação do representante do Conselho Deliberativo do FAT, Willy Fischer, porque pode estar ocorrendo inviabilização de recursos para o pagamento do seguro-desemprego.

Já em 1991, o Partido dos Trabalhadores impetrou perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, junto ao Juiz Federal da 6ª Vara, Mandado de Segurança Coletivo contra a omissão administrativa do Dr. Roberto Guimarães, Diretor do Departamento do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para que fossem esclarecidos os fatos relativos à administração inadequada do Fundo de Assistência ao Trabalhador. Na oportunidade, os Advogados Paulo Ricardo Brinckman Oliveira e Jonas Duarte José da Silva, em nome do Partido dos Trabalhadores, requereram que se digne o Juiz conhecer do presente Mandado de Segurança Coletivo, e, depois de tudo, processado segundo as normas de estilo, fossem determinada a citação do diretor Roberto Guimarães para — querendo — contestar a presente ação e acompanhá-la em todos os seus trâmites, julgando-a procedente com a concessão de medida liminar, determinando ao Tesouro Nacional, na pessoa do seu Diretor, o imediato repasse das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador até o último dia útil, depois de transcorridos dez dias da arrecadação, consoante aos dispositivos constitucionais e legais analisados.

Requer, outrossim, o repasse imediato das verbas em atraso, desde que está em vigor a lei nº 8.019/90, corrigidas pelo índice de correção dos Títulos do Tesouro Nacional.

Esse requerimento de 5 de abril de 1991 não teve ainda decisão por parte do Juiz Federal da 6ª Vara. Por isso, estamos solicitando informações ao mesmo relativo à destinação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPILY EM SEU DISCURSO:

COLLOR LIBERA HOJE 2 TRI PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

Brasília — O Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, informou que o Presidente Fernando Collor anunciará hoje a liberação de Cr\$2 trilhões para obras no setor da construção civil. Deste montante, Cr\$1,5 trilhão será obtido através de empréstimo tomado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de onde, semana passada, saiu outro empréstimo, no valor de Cr\$5 trilhões, para o Ministério da Saúde.

Os Cr\$500 bilhões restantes serão arrecadados junto ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que é formado com recursos dos Fundos de Aplicação Financeira (Fundões). Os Cr\$2 trilhões deverão ser gerenciados pela Caixa Econômica Federal (CEF), que repassará o dinheiro para as obras de construção civil, saneamento e infra-estrutura já contratadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e que, devido à queda de arrecadação e ao aumento dos saques, estão praticamente paralisadas.

Apesar de ter conseguido estes Cr\$2 trilhões, Fiúza disse que ainda não está satisfeito. Segundo ele, o déficit do FGTS é de Cr\$5,8 trilhões, e com os Cr\$2 trilhões provenientes dos empréstimos só será possível pagar 40% dos contratos, e assim mesmo só até o fim deste ano.

Mas insatisfeito e preocupado mesmo está o representante do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), Willy Fischer. Segundo ele, as reservas do fundo já estão sendo dilapidadas, e "se os políticos continuarem obtendo empréstimos desta monta, até julho do ano que vem não sobrará dinheiro para pagar o seguro-desemprego e os abonos, principais objetivos do FAT".

DESEMPREGO MANTÉM RECORDE

Pesquisa Seade/Dieese mostra que 1,2 milhão de pessoas estavam sem emprego

Da Reportagem Local

A taxa de desemprego na Grande São Paulo para o mês de julho manteve-se no patamar recorde de 16,2%, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Seade e do Dieese. O estudo, divulgado ontem, diz que a situação do mercado de trabalho na Grande São Paulo é "grave."

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) apurou mais 3.683 desempregados na indústria paulista na primeira semana de agosto. Na última semana de julho foram demitidos 3.033, o que indica estabilidade no ritmo de desemprego. No ano o total de desempregados no setor soma 17.269 pessoas. E nos últimos 12 meses, o número de desempregados chega a 174.442.

Os técnicos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) esperavam uma queda na taxa de desemprego em julho, "um mês em que, normalmente, ocorre uma redução sazonal, associada a uma crescimento do nível da atividade econômica", diz o estudo.

O contingente de desempregados foi estimado em 1.238.000 pessoas, em comparação com 933 mil em julho do ano passado. "A taxa de julho está na contramão das tendências históricas", disse Pedro Paulo Martoni Branco, diretor-executivo da Seade. "A crise política tem contribuído para o adiamento das decisões mais ousadas dos agentes econômicos."

Branco qualifica de "precária" a situação do mercado de trabalho na Grande São Paulo. "Em julho, houve uma redução de 1,1% da parcela de assalariados com carteira de trabalho assinada, um contingente praticamente igual ao registrado no final de 1985, de cerca de 2,9 milhões", disse. O estudo afirma que a situação do desemprego só não foi pior em julho por causa do crescimento de 3,2% na construção civil."

25% são chefes de família

Da Reportagem Local

A pesquisa da Seade/Diesse diz que o aumento expressivo da taxa de desemprego dos chefes de família desde o início de 1991 mostra que a situação econômica do país está "deteriorando o ambiente social" no mercado de trabalho.

Mais de 1/4 dos desempregados na Grande São Paulo são chefes de família, revela. Além disso, o salário médio real foi de Cr\$1.072.186,00, inferior em 7,5% ao registrado no mês anterior.

O estudo diz que a proporção de assalariados sem certeira de trabalho assinada cresceu 0,7%, "reafirmando o quadro de grande precariedade que caracteriza o mercado de trabalho na Grande São Paulo".

Aviso nº 1.055/MEFP Brasília, 17 de julho de 1992

A S. Ex^a ou Sr.

Sen. Dirceu Carneiro

Primeiro Secretário do Senado Federal

Senhor Primeiro Secretário,

Refiro-me ao Ofício SM/nº 274, de 11 de maio de 1992, através do qual foi remetida a cópia do Requerimento de Informações nº 221/92, de autoria do Senhor Senador Eduardo Suplicy, sobre empreendimentos e operações levadas a efeito com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Em resposta, informo à Vossa Excelência que, de acordo com a Caixa Económica Federal, os esclarecimentos solicitados poderão ser obtidos no Conselho Curador do FGTS, tendo em vista tratar-se de matéria que se insere no âmbito de sua competência.

Atenciosamente, — **Marcelo Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

c) Quais os empreendimentos que tiveram seu prazo de carência original vencido, quantos meses de prorrogação já tiveram, e quais os motivos.

d) Quais os empreendimentos tiveram suas obras concluídas e não iniciaram o retorno do empréstimo no prazo fixado em contrato. Qual a sanção aplicada pela CEF nesta situação, especialmente quando o problema é de comercialização, e a quem é aplicada.

e) Enviar a regulamentação em vigor, com as condições estabelecidas para enquadramento das Cooperativas Habitacionais como agentes promotores para operar com recursos do FGTS.

f) Remeter, para cada operação, o nome do agente de Atividade Complementar contratado para execução de atribuições previstas para o agente promotor, conforme dispõe Resolução do Conselho Curador do FGTS.

6) Para as operações contratadas com Companhias de Habitação e órgãos assemelhados, nos anos de 1990 e 1991, informar separadamente:

a) Nome das empresas contratadas para execução dos empreendimentos viabilizados através de recursos do FGTS em 1990 e 1991, através dos agentes em referência.

b) Quais tiveram o prazo original de carência vencido, quantos meses de prorrogação já tiveram e quais os motivos.

c) Quais tiveram as obras concluídas e não iniciaram o retorno no prazo previsto, os motivos e sanções aplicadas pela CEF.

d) Quais foram comercializados pelos Agentes Financeiros em referência sem ter sido homologadas as Condições de Retorno e Empréstimo e o Plano de Comercialização por eles enviados à CEF e quais os motivos.

7) Para os projetos habitacionais em áreas de propriedade da CEF e do FGTS:

a) Relação dos projetos contratados em 1990 e 1991, que utilizaram áreas de propriedade da CEF e áreas adquiridas com financiamentos do FGTS.

b) Explicitar todos os dados do empreendimento e da operação de crédito, valor das áreas, forma de definição do preço.

c) Informar ainda quais projetos se encontram em tramitação (qual fase) que contam com áreas do tipo referenciado.

d) Quais áreas foram adquiridas com financiamento com recursos do FGTS, indicando dados da área, do agente financeiro e/ou promotor, que não contam com projeto habitacional em tramitação.

8) Com relação às operações com recursos do FGTS, que tiveram desembolsos bloqueados, informar:

a) Relação das operações contratadas nos anos de 1990, 1991 e 1992, que tiveram desembolsos que ficaram ou que ainda permanecem bloqueados por mais de trinta dias, em conta vinculada na CEF.

b) Indicar dados do empreendimento, percentual da obra executado e desembolsado, motivos do bloqueio e índices utilizados para atualização e remuneração dos recursos bloqueados.

9) Relativamente à cobrança emitida x arrecadação, informar:

a) Para os anos de 1990, 1991 e 1992, por área (saneamento, infra e habitação), total da cobrança mensal emitida, total mensal da arrecadação realizada, indicando a diferença em UPF e %;

b) Segregar por Unidade da Federação;

c) Segregar por CEF banco de 1^a linha e banco de 2^a linha.

10) Enviar cópia das atas das reuniões de Diretoria da CEF, ocorridas em 1991, em que foram aprovadas as concessões de empréstimo ou financiamento com recursos do FGTS, indicando para cada uma delas o número de operações aprovadas.

11) Para os Estados, Empresas de Economia Mista e Bancos Estaduais relacionados abaixo informar no período de 1990, 1991 e 1992 (até 30-4-92), os períodos em que estas instituições estiverem na situação de adimplência ou inadimplência em contratos, cujos recursos são provenientes do FGTS.

No início de cada período de inadimplência, informar o valor dos atrasados e o saldo a pagar existente no conjunto das operações com recursos do FGTS.

Estado do Acre, Sanacre, Banacre, P.M. Rio Branco.
Estado de Alagoas, Casal, Banco do Estado de Alagoas e P.M. Maceió.

Estado do Amazonas, BEA.

Estado da Bahia, Embasa, Baneb e P.M. Salvador.

Estado do Ceará, P.M. Fortaleza.

Estado de Goiás, Saneago, BCG e P.M. Goiânia.

Estado do Maranhão, Caema e P.M. São Luís.

Da análise dos Quadros I e II temos a surpreendente informação de que os conjuntos habitacionais, com qualidade inferior, apresentam um custo médio do m² superior em 40% aos conjuntos de melhor qualidade de edificação e infra-estrutura. Depreendemos desses dados que se a CEF utilizasse critérios básicos de custo-benefício poderia ampliar seu programa habitacional de forma substancial.

Para dirimir qualquer dúvida referente ao § 4º do art. 38 da Lei nº 4.595 que dispõe sobre o sigilo bancário, anexamos o Parecer nº 173, de 1990, da Comissão de Constituição e Justiça que analisou a referida matéria.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1992. — Senador Eduardo Suplicy.

(À Comissão Diretora)

Ante o Exposto, requer se digne Vossa Excelência conhecer do presente Mandado de Segurança Coletivo e, depois de tudo processado segundo as normas de estilo, seja determinada a citação do Diretor do Departamento do Tesouro, Senhor Roberto Guimarães, para, querendo, contestar a presente ação e acompanhá-la em todos os seus trâmites, julgando-a procedente, com a concessão de Medida Liminar, determinando ao Tesouro Nacional, na pessoa de seu Diretor, o imediato repasse das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador até o último dia útil depois de transcorridos dez dias da arrecadação, consoante os dispositivos constitucionais e legais analisados. Requer, outrossim, o repasse imediato das verbas em atraso desde a entrada em vigor da Lei nº 8.019/90, corrigidas pelo índice de correção dos Títulos do Tesouro Nacional.

Requer, também, seja ouvido o representante do Ministério Público Federal para, no prazo de lei, oferecer parecer.

Dá à presente causa, para fins meramente fiscais, o valor de Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

N. Termos.

P. Deferimento.

Brasília, 5 de abril de 1991. — Paulo Ricardo Brinckmann Oliveira, OAB/RS 22.378 — Jonas Duarte José da Silva, OAB/DF 6083.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva, 4º Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Alfredo Campos — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Fernando Henrique Cardoso — Gáribaldi Alves Filho — Guilherme Palmeira — Hugo Napoleão — Hydekel Freitas — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Fogaça — Lourenberg Nunes Rocha — Odacir Soares — Onofre Quinan — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

S. Ex^a não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

S. Ex^a não se encontra no plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel.

S. Ex^a não se encontra no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 425, de 1992, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no jornal *Diário do Nordeste*, sob o título “Patrônio do desenvolvimento”, edição de 14 de junho de 1992.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É A SEGUINTE A MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO É SOLICITADA:

PATRÔNOS DO DESENVOLVIMENTO Paes de Andrade

Hoje, passados dez anos da morte de Edson Queiroz, a primeira impressão que nos ocorre é a de que ele está vivo e atuante no meio de nós. Na história do desenvolvimento econômico de nossa terra ele foi e será ainda por muito tempo a mais importante presença humana na saga de nossa luta contra a pobreza do Ceará e de seu povo. Sou um político, por vocação e por exercício. Não entendo muito de empresas e de fortunas pessoais, até porque estou entre os que acham eticamente incompatível o compromisso do serviço público com a prática de negócios. Não sou homem de negócios. Não sou do ramo. Desse modo, não saberia dizer se o universo econômico fundado por Edson Queiroz ocupa o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto rank na galáxia das empresas do Ceará e do Nordeste.

Mas há qualcosa de fascinante e excepcional na brilhante aventura industrial e mercantil de Edson Queiroz, que dele faz uma figura singular entre os criadores do progresso na região. O fundador do poderoso grupo que hoje traz o seu nome, é, antes de tudo, um protótipo exemplar como empresário. Por vários motivos, sua fortuna, ele construiu com as próprias mãos e com o próprio espírito, com um talento e uma obstinação admiráveis. Não brotou de heranças legítimas ou contestáveis, mas de seu trabalho permanente e de sua imaginação criadora. Segundo, nunca se serviu de seu poder econômico para as disputas do poder político. E, finalmente, fez do Ceará o campo e a sede de seus investimentos. Mesmo quando eles exigiram uma expansão que atraíram as fronteiras do Estado, sua aplicação prioritária foi sempre voltada para o povo do Ceará.

Certa vez, no segundo Governo de Getúlio Vargas, um grupo de parlamentares nordestinos procurou o presidente, para formalizar, em nome de todos os partidos da região, a reivindicação de um ministério para um representante de

um de nossos Estados. O velho Getúlio, descansando o charuto no cinzeiro, começou a pensar em voz alta: "engraçados esses nordestinos. Eu criei para eles o Instituto do Álcool e Açúcar. Criei o Instituto do Sal.

Criei núcleos de financiamento para obras contra as secas. Criei linhas de crédito especial no Banco do Brasil. Eles, no fim, pegam o dinheiro que ganham no Nordeste e vêm construir edifícios de luxo na orla marítima do Rio".

A advertência de Vargas era áspera, mas não deixava de ser o retrato -falado de certos empresários da região. Por outro lado, na crítica e na ironia do caudilho, o ranço que ainda hoje está muito vivo nas políticas discriminatórias contra o Nordeste.

Falando, certa vez, num auditório sulista, sobre o processo de espoliação do Nordeste, eu citava Gustávio Barroso em Terra de Sol: "enquanto outras regiões do Brasil se orgulham de feitos antigos e de riquezas modernas, a glória do Nordeste é como a dos santos e dos mártires, feita de dores e de provações". Fui interrompido por um empresário do Sul que, com agressividade, levantou a voz para vomitar o insulto. "Presidente Paes de Andrade, por muito tempo vocês vão ficar com as dores e o sofrimento e nós com as riquezas". Dei-lhe a resposta no mesmo tom e na mesma moeda. Calei a voz do impertinente.

A acusação de Getúlio jamais poderia ser feita ao empresário Edson Queiroz. Além de multiplicar aqui mesmo, em nossa terra, suas opções de investimento, voltou-se para aventuras que servem mais à comunidade que ao orçamento de seus negócios. A Universidade, o rádio, o jornal, a televisão — os investimentos sociais, em suma, ocupam hoje um lugar eminentíssimo no leque de suas atividades.

Outra face de Edson Queiroz, como empresário, foi o pioneiro de suas iniciativas, da distribuição de gás aos terminais marítimos, em vários Estados do Nordeste. Este pioneirismo foi uma das marcas maiores de seu espírito público, abrindo novos caminhos ao desenvolvimento sócio-econômico da região. Esse espírito público, de resto, está documentado em seu comportamento pessoal: sem ser um ausente dos destinos políticos do Ceará, rejeitou sempre cargos e cooptações partidárias que estavam ao alcance de sua mão, mas sempre fez questão de oferecer seu estímulo, sua solidariedade silenciosa e generosa às lutas políticas saudáveis de nossa terra.

Edson Queiroz, sempre que conversava comigo, não perdia a oportunidade para, com elegância, discordar dos meus discursos, enfim, da contestação que eu fazia ao regime. Certa vez, num sábado, às onze da manhã, na Verdes Mares, ele me dizia: "Li hoje o seu discurso, muito inflamado. Paes, por que você vive querendo a sua cassação! Lembre-se de que o mandato não é apenas seu, ele pertence, sobretudo, ao Ceará".

Em 1978 (quero aqui evocar uma passagem que me emocionou) procurei Edson para vender um pacote do livro "Itinerário da Violência". Foi um dia feliz. O nosso inesquecível Adhail Barreto me telefonava muito cedo para informar que já tinha vendido 150 exemplares. Adail andava pelos escritórios dos seus amigos vendendo meu livro: Rundos para a campanha de 1978. Ao entrar no gabinete de Edson, já fui ouvindo, antes de falar. "Paes, você já foi ao Patriolino e ao seu amigo Senador Jaguaribe." "Já e me sai muito bem". Mostrei o cheque do Patriolino. Edson olhou, riu e disse: "Foi generoso, ele realmente gosta de você". E num estilo muito seu, aberto e desembaraçado, foi logo dizendo: "Paes,

esta mercadoria não me interessa, mas fico com 250 livros. Hoje mesmo eu mando lhe deixar o pacote. Não, eu quero apenas um livro autografado, venda 249 a outros amigos. Pago, agora, os 250. Eu discordo do seu estilo e do conteúdo do livro. Agora, Paes, não se ofenda, de qualquer forma ficarei com a sobra da edição. Se puder, me satisfaça a curiosidade. Você é mesmo comunista?" Respondei: "Não, Edson. Mas andamos juntos e trabalhamos juntos na frente da resistência democrática, e ainda por muito tempo. Com a queda do regime ditatorial, cada um tomará o seu rumo". "Edson, espero que você não quebre a cabeça ou as pernas nesta caminhada." Eu saí do escritório em estado de graça, a contribuição de Edson não podia ser mais generosa.

Em outra oportunidade, encontrei Edson e D. Yolanda no aeroporto de Paris. Ele estava numa fila para receber o desconto de 30% de suas compras. Demorou mais de uma hora. "Eu não entendo D. Yolanda, porque o Edson perde tanto tempo numa fila para receber um desconto que não representa nada para ele." "Mas ele é assim", respondeu D. Yolanda. Ao voltar da fila Edson foi logo desabafando: "Estou com raiva dos amigos do MDB". Eu indaguei por que. "Estão fazendo coro com os meus agressores, todos me agridem." Era a greve da Universidade que machucava Edson Queiroz. "Ora, eu sei ganhar dinheiro, gosto de ganhar dinheiro. No momento em que faço um negócio para perder dinheiro (referia-se à Unifor) sofro toda sorte de ataques e incompreensões." Era visível o seu cansaço. Não tinha dormido à noite. Queria conversar. "Paes, cancele o vôo para o Brasil e vamos até Barcelona." "Não posso." "Você é meu convidado." "Não. Vamos ao bar e pague apenas o Whisky." Minutos depois desanuviado o semblante conversou muito. Contou as peripécias de sua vida.

Chamada de Barcelona. Ao me despedir perguntei que dia voltava a Fortaleza. "Pela primeira vez, não tenho dia marcado para regressar ao Brasil." Continuava muito amargo.

Seu nome estará sempre para o Ceará, como o de Irineu Evangelista de Sousa — o Barão de Mauá — para a história do desenvolvimento do povo brasileiro. Como o caboclo do Ipu, chamado Delmiro de Gouveia, que partiu de sua bela cidade serrana, com dois tostões no bolso e uma flama de esperança na imaginação criadora, para fundar no Recife o primeiro supermercado do Brasil e nas Alagoas a primeira usina hidrelétrica. Edson Queiroz foi o herdeiro maior dessa fecunda vocação cearense para o trabalho, o progresso e a criação de riqueza. Ao lado do nome destes dois patronos do desenvolvimento nacional, Edson Queiroz deve ser consagrado como o Patrono do Desenvolvimento do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 432, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no Jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título "Por que o Finsocial", edição de 13 de junho de 1992.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É A SEGUINTE A MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO É SOLICITADA:

POR QUE O FINSOCIAL

Adib D. Jatene

A insistência em determinado assunto cansa, por vezes, quem ouve e desgasta quem insiste, passando, muitas vezes, até a ser inócuia. Desde que assumi o Ministério da Saúde venho reiterando, em todas as oportunidades que se me oferecem, a necessidade desse tributo.

Por que, então, sabendo do risco de me tornar, até, inconveniente, insisto no assunto? Porque não tenho nenhuma alternativa.

De um lado, é responsabilidade constitucional oferecer assistência médica-hospitalar e ambulatorial a toda a população. Isso implica mais de um milhão de internações e mais de 30 milhões de consultas por mês. Ao lado disso, existem programas de prevenção e promoção de saúde que não podem ser interrompidos, sob o risco de se perder todo o trabalho feito ao longo dos anos.

Não é possível pedir às pessoas que não adoeçam, aos hospitais que não atendam, às epidemias que não ocorram, ao saneamento que se faça por milagre.

Não é possível, também, deixar de remunerar pelo serviço prestado, promover recuperação de leitos sucateados, deixar de pagar medicamentos, vacina, insumos etc.

Por outro lado, os recursos para atender a tantas necessidades, que não podem ser adiadas, provém do orçamento aprovado pelo Congresso e homologado pelo Presidente, e todos sabem que, se todo o orçamento for cumprido, anda assim não atenderá à totalidade das demandas da população, restando, sempre, um número significativo que não consegue ter acesso à assistência.

É fundamental, por isso, conseguir que se cumpra a arrecadação prevista. Se isso não ocorrer, é impossível ordenar a despesa estimada.

A idéia que muitos têm de que o Tesouro pode suprir as deficiências da arrecadação é equivocada. Governo não gera recursos, ele arrecada da atividade econômica, para aplicar em benefício da população.

Insisto: se a receita prevista não se realiza, não há como fazer face à despesa estimada.

O orçamento do Ministério da Saúde provém de 12 fontes diferentes, constituintes do orçamento da seguridade.

De um total, em números redondos, de Cr\$28 trilhões, Cr\$12,7 trilhões (45%) provêm do Finsocial. Esta parcela destinada ao Ministério da Saúde representa mais da metade desse tributo.

Toda e qualquer proposta alternativa não poderia ser considerada a curto prazo. Novos tributos que fossem imaginados só poderiam ser arrecadados no exercício seguinte e, como já assinalei, as características do setor de prestação de serviços que não podem ser interrompidos obrigam a uma solução imediata, pois o pagamento tem de ser efetuado e atualizado. Caso contrário, grande parte da rede de serviços teria de ser irremediavelmente desativada.

Não se trata apenas de salvar a rede de atendimento, mas de garantir a manutenção da assistência à população de baixa renda.

Colocado nestes termos, todo o governo respondeu, e, neste período difícil para todos, deu prioridade verdadeira ao setor de saúde. Comprimiu, contingenciou, restringiu vários setores, desde as Forças Armadas até a Presidência da República, mas concedeu ao sistema de saúde correção de 50% sobre as contas de fevereiro, pagas em março, 40% sobre

as de março, pagas em abril, e diferenciou nas contas de abril, pagas em maio, dando para diárias, honorários e exames complementares mais 30%, para material, medicamentos e UTI, 37%, e para medicação para câncer e radioterapia de câncer, 174%.

O governo materializou sua posição em relação ao setor com reajuste em três meses de cerca de 192%, números que falam por si.

Quanto à atividade econômica, houve resposta parcial. Alguns grupos empresariais e bancos responderam ao apelo feito. Entenderam que esse tributo poderia ser contestado, mas a sua arrecadação não poderia ser interrompida.

As dificuldades que as empresas enfrentam, por maiores que sejam, não se comparam com a situação de doentes sem recursos até para se alimentar, quanto mais para se tratar.

Existem, por isso, uma responsabilidade e um compromisso social que devem caracterizar a cidadania. Em momentos de crise, a solidariedade para com os que sofrem e não têm opção não pode ser negada.

O governo vem fazendo a sua parte, e apela, pede aos cidadãos, que não se furtem a comparecer com a sua.

O argumento dos desvios na aplicação não pode ser colocado quando interrompemos obras em andamento, cancelamos obras novas e estamos empenhados seriamente em manter e recuperar as existentes.

O controle social precisa ser exercido, e já vem sendo, pelos conselhos nacional, estaduais e municipais de saúde e pela sociedade organizada como um todo.

Entidades benfeitoras e filantrópicas estão voltando a receber o apoio direto das comunidades.

Nos momentos de crise, a fraternidade, a solidariedade, o companheirismo precisam superar as dificuldades.

De nosso lado, para cumprir com os compromissos, precisamos realizar a receita prevista. Neste particular, o Finsocial é a única possibilidade neste exercício.

Por isso insisto, por isso alerto, por isso apelo, enquanto temos algum fôlego proporcionado pelos que não deixaram de pagar e pelos que voltaram a contribuir. A solução do sistema de saúde, neste momento, neste mês, nesta semana depende, sim, deste tributo.

Adib D. Jatene é Ministro da Saúde

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 443, de 1992, do Senador Valmir Campelo, solicitando, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1991, de sua autoria, que dispõe sobre pensão militar.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1991, será definitivamente arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 480, de 1992, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1991, de sua autoria, que fixa o valor dos títulos públicos na composição do preço para aquisição de bens a serem alienados.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1991, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 5:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta da Emenda à Constituição nº 4, de 1992, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros Senadores, que dá nova redação ao art. 47 da Constituição (1ª sessão de discussão).

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno transcorre, hoje, o primeiro dia da discussão da proposta de apresentação de emendas assinadas por 1/3, no mínimo, da composição do Senado.

Em discussão a proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1992, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

A discussão da matéria terá prosseguimento na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito. (Pausa.)

S. Ex^e não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho. (Pausa.)

S. Ex^e não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Líder Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias, o Congresso Nacional votou, através de projeto de resolução, a autorização solicitada pelo Senhor Presidente da República, para que Sua Exceléncia pudesse elaborar leis delegadas estritamente sobre a concessão de gratificações aos servidores públicos, civis e militares do Poder Executivo.

Lembro-me que, durante a tramitação da matéria, houve muitas dúvidas, no Congresso Nacional, a respeito da aprovação desse pedido do Senhor Presidente da República, sobretudo tendo em vista a atual conjuntura política nacional, na qual, evidentemente, a credibilidade do Chefe da Nação está crescentemente abalada em face dos acontecimentos vinculados às investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as atividades do Sr. Paulo César Farias.

Entretanto, o Congresso Nacional, apesar disso e por acordo das Lideranças, anuiu em conceder ao Senhor Presidente da República essa autorização, para que Sua Exceléncia elaborasse as referidas leis delegadas.

Ficamos, então, na expectativa das providências do Senhor Presidente da República, para verificar como Sua Exceléncia concederia as referidas gratificações aos servidores civis e militares do Poder Executivo.

Todos temos ciência de que a grande defasagem que existe hoje entre os servidores dos Três Poderes, isto é, entre o Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, reside justamente no pagamento das chamadas gratificações que compõem a remuneração dos servidores em geral.

O que me traz à tribuna, na tarde de hoje, em nome do meu Partido, é estranhar que o Senhor Presidente da Repú-

blica, ao conceder essas gratificações, tenha discriminado flagrantemente servidores civis e militares. Sua Exceléncia — segundo notícia amplamente divulgada pela imprensa — concedeu um reajuste linear de 20% nos vencimentos de todos os servidores civis e militares dos Três Poderes. Mas, no tocante às gratificações, enquanto concedeu 160% aos servidores militares, no decorrer de alguns meses, concedeu apenas 80% aos servidores civis, também ao longo de alguns meses. O que significa dizer que Sua Exceléncia deu aos servidores militares o dobro da gratificação dos servidores civis.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos consciência de que os servidores militares, de um modo geral, estão realmente com a sua remuneração bastante defasada; há algum tempo que as reclamações dos quartéis chegam às páginas dos jornais, chegam ao rádio e à televisão, mas também não é diferente da situação dos servidores civis.

Portanto, não vemos por que, Sr. Presidente, essa diferença de tratamento, sobretudo no momento em que se quer estabelecer no País o princípio da isonomia salarial, consagrado na Constituição, e que outra coisa não significa senão que todos são iguais perante a lei.

Registro, assim, a minha estranheza por esse procedimento do Senhor Presidente da República e, ao mesmo tempo, faço um apelo a Sua Exceléncia para que reexamine essa questão, fazendo com que o mesmo percentual das gratificações dos servidores militares seja atribuído também aos servidores civis, no mesmo período de tempo, pois, naturalmente, o Tesouro Nacional precisa de saldo de caixa suficiente, para fazer jus a essa despesa de natureza extraordinária, no que tange ao custeio de pessoal.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sra^e e Srs. Senadores, o Dream Team, equipe norte-americana de basquetebol masculino, maravilhou o mundo na Olimpíada de Barcelona. Verdadeira “máquina” de jogar basquete, cheia de arte e precisão, arrasou inexoravelmente todos os seus adversários.

Mas um time tão fantástico quanto aquele não é fruto de sonho ou de passe de mágica, como sugere o nome de um de seus principais atletas, Magic Johnson. Ele é resultado de uma construção, à semelhança da construção de uma pirâmide, com todas as dificuldades e investimentos que isso possa sugerir.

Estima-se que exista, hoje, nos Estados Unidos, cerca de um milhão de jovens entre 14 e 17 anos participando dos torneios de basquete nas escolas de segundo grau, públicas na sua esmagadora maioria, ou seja, de acesso livre a todos. A cada ano, cada Estado da Federação americana conhece um campeão estadual nessa categoria.

Dentre esses jovens, os 200 mil melhores continuarão jogando basquete nas universidades. Os que não têm recursos para custear sua formação de nível superior, mas tiveram destaque no esporte, recebem bolsas de estudo. Ali disputarão o campeonato nacional de basquete universitário, a que o país inteiro assiste pela televisão.

A cada ano, mais de três mil atletas concluem seus cursos superiores, mas apenas 200 deles são escolhidos para o draft, uma espécie de vestibular para o ingresso na vida do basquetebol profissional, onde salários milionários os aguardam. Desse 200 jovens, apenas 50 conseguirão assinar contrato com

algum time da National Basketball Association, a liga profissional americana.

Não trago esse exemplo aqui, como um modelo que deva ser copiado em toda a sua extensão e nem para que possamos nos sentir inferiorizados. Se o apresento é para que possamos refletir e extrair lições de um árduo e longo processo de construção, ao final do qual, sem sonho e sem passe de mágica, repito, um resultado magnífico é produzido com êxito indiscutível.

Mas o assunto que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é, como posso ter feito pensar, o esporte. O que me faz pedir a atenção dos meus nobres pares, hoje, é um assunto que tem estado na ordem do dia da vida nacional e que nela foi colocado pelo Governo Collor, em meio à onda neoliberal que tomou conta do mundo. Trata-se da abertura do mercado nacional às importações, sob o argumento de que a competição internacional fortalecerá o parque industrial brasileiro frente aos concorrentes estrangeiros, forçando o nosso avanço tecnológico. O argumento tem foros de verdade, mas merece análise cuidadosa.

Aqui já podemos começar a extraír do exemplo apresentado a Vossas Excelências, ainda há pouco, algumas lições. E a primeira delas serve, sem dúvida, ao argumento governamental. É a competição acirrada que forja e seleciona os melhores atletas do mundo no campo do basquetebol. Mas é preciso observar atentamente para ver que essa competição se dá entre iguais, ou melhor, entre os que são potencialmente semelhantes em idade, força física e qualidades atléticas, em condições plenas de igualdade.

Voltando ao plano do que propõe o Governo brasileiro, examinemos a realidade nacional e nossas condições de disputa com os nossos competidores estrangeiros. Aqui, nesse campo, as variáveis a serem examinadas são bem mais complexas do que aquelas do campo do esporte.

A primeira delas é, necessariamente, a variável histórica. O Brasil é um país de industrialização recente em relação aos países desenvolvidos do mundo. Apenas após a Segunda Guerra Mundial é que o parque industrial brasileiro começou a ser implantado, sempre em bases de muita dependência em relação aos nossos competidores. A Usina Siderúrgica de Volta Redonda, marco inicial da industrialização do País, foi arrancada por Getúlio Vargas dos Estados Unidos em troca da participação do Brasil na Segunda Guerra, como hoje é fato histórico sabido. A indústria automobilística dita "nacional" só foi implantada na década de 50, há cerca de 40 anos, portanto, sabe-se à custa de que sacrifícios para o Brasil e é, até hoje, em sua esmagadora maioria, composta por empresas multinacionais. É bom que se registre aqui, desde já, que não há qualquer intuito xenofóbico a mover este pronunciamento, mas apenas o desejo de analisar os fatos tais como são.

Começa a surgir, neste ponto, um outro aspecto desse processo que merece cuidadosa análise. É o da presença de empresas estrangeiras em território brasileiro. Se é verdade que elas muito contribuíram para o desenvolvimento nacional, também preciso reconhecer outros aspectos de sua participação na vida do País. Quero destacar aqui, de imediato, o fato de que, se o Brasil procurou proteger o mercado, através de uma política de substituição de importações, que incluiu pesadas taxas alfandegárias, esteve sempre aberto ao investimento estrangeiro. Disso resultaram algumas consequências. A mais importante delas, pelo menos do ponto de vista do

que pretende sustentar neste pronunciamento; foi a dependência tecnológica. Tenho certeza de que todos os senhores se lembram da irritação do Presidente Collor, há algum tempo atrás, com a qualidade dos automóveis produzidos no Brasil, aos quais chamou de "carroças". O que talvez não tenha sido avisado ao Presidente e a uma parcela considerável da população brasileira é que o fato de andarmos em veículos de pouca qualidade não se deve exclusivamente à incompetência nacional. As empresas multinacionais, que aqui produzem esses automóveis, forçam a oportunidade que lhes oferecemos para tirar o máximo de máquinas e produtos que os mercados de seus países de origem não aceitam mais, em obediência à lógica capitalista de maximização do lucro.

Assim, fica claro o processo de dependência tecnológica em que vivemos. Se não somos capazes de produzir automóveis, temos que comprar os que nos são oferecidos por aqueles que conseguem fazê-los. A diferença é que, com a proposta do Governo Collor, não temos mais que comprar as "carroças" produzidas no Brasil. Pagando um pouco mais, poderemos comprar os modelos de último tipo produzidos pelas mesmas empresas que fabricam as nossas "carroças". Questão de opção para o consumidor. Mas, e para o País, o que reserva essa política?

Convém retornar um pouco no tempo. Acreditava-se, e muitos acreditam ainda hoje, que a vinda das empresas estrangeiras para o Brasil nos tornaria mais capazes tecnologicamente. O que se pode verificar, cerca de 40 anos depois, é que ainda não sabemos produzir automóveis ou, se sabemos, o fazemos com reduzida perspectiva de competitividade, mesmo com as "carroças" aqui produzidas pelas multinacionais. Disputar o mercado internacional, nem pensar! Temos aí, portanto, uma idéia do atraso a que a dependência tecnológica pode nos submeter.

Se a tecnologia vem toda pronta de fora, as empresas multinacionais, que não têm compromisso direto com o desenvolvimento nacional, irão nos vender a tecnologia que lhes interessar, obedecendo a uma lógica própria. Por outro lado, não haverá demanda de tecnologia por parte do parque industrial, ocupado em larga escala exatamente pelas transnacionais, que trazem tecnologia, se não obsoleta, atrasada de seus países de origem.

A esse respeito, convém ouvir Álvaro Rodrigues dos Santos, Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Diz ele:

"Consequência natural das condições em que se processou até hoje o desenvolvimento industrial brasileiro e da inconstância e inconsistência das diversas políticas econômicas que se sucedem, são baixíssimos os níveis de demanda tecnológica (salvo algumas poucas situações setoriais e temporais isoladas) que a indústria brasileira dirigiu ao sistema público e privado de produção científica e tecnológica. (...) Esse distanciamento e essa independência constitucionais entre os campos da demanda e da oferta tecnológicas compõem, enfim, a raiz e a explicação dos problemas maiores da questão tecnológica no País e no Estado."

A questão do atraso tecnológico nacional é, portanto, como se pode verificar, muito complexa. Não basta, como muitos podem acreditar, aplicar recursos maciços em Ciência e Tecnologia, na crença de que isso, por si, será suficiente para promover o desenvolvimento nacional. O desenvolvi-

mento tem uma lógica própria, que é anterior à lógica da tecnologia, embora dependa dela. Produzir tecnologia pressupõe uma demanda específica para um fim específico, ao contrário da pesquisa científica, cujos resultados não estão e nem devem estar comprometidos com qualquer processo imediato de aplicação.

O exame dos gastos nacionais em Ciência e Tecnologia, em comparação com os gastos de outros países, confirma a nossa situação de dependência tecnológica, e ajuda a traçar um perfil da política nacional nesse campo.

O Brasil investe 0,7% de seu Produto Interno Bruto em Ciência e Tecnologia, dos quais 0,66% são gastos pelo Estado e somente 0,04% pela empresa privada, segundo dados da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Price Waterhouse. O Japão gasta anualmente 2,78% do PIB nesse setor, cabendo ao Governo uma parcela de apenas 0,69% desse montante; os restantes 2,09% são investidos pelo setor privado. Entre os líderes em pesquisa, o país em que o Estado mais investe são os Estados Unidos: para um gasto total de 2,71% do PIB em Ciência e Tecnologia, o governo americano dispõe 1,37% do total, ficando os restantes 1,34% para a iniciativa privada. A Coréia do Sul, para nos restringirmos a um país de situação econômica mais próxima da do Brasil, aplica anualmente 1,78% de seu PIB em pesquisa, dos quais apenas 0,34% é investido pelo governo.

Como se pode verificar pelos dados apresentados, a iniciativa privada praticamente não investe em pesquisa no Brasil, num forte contraste com a situação verificada em outros países, justamente aqueles de onde vêm as empresas multinacionais que operam no País. É que estamos sempre usando a tecnologia desenvolvida naqueles países dez ou vinte anos antes, cujos custos de desenvolvimento já foram pagos nos mercados de origem das empresas, que investem pesadamente em pesquisa e têm, portanto, condições de fazer preços conforme lhes convier, arma poderosa de concorrência.

Vale a pena destacar aqui um outro aspecto da dependência tecnológica. Uma parcela do empresariado nacional tem preferido se associar às empresas estrangeiras e utilizar a sua tecnologia, em lugar de procurar investir e criar tecnologia própria em suas atividades industriais. Em resumo, o que se pode concluir é que, com algumas exceções, somos um país consumidor e não produtor de tecnologia. Em razão disso, de um modo geral estamos à mercê de competidores muito mais fortes, como num jogo contra o Dream Team, de resultado facilmente previsível. A diferença, neste caso, é que poderemos perder muito mais do que num simples jogo de basquetebol.

Essas conclusões encontram amparo no que descobriu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que o Congresso realizou no ano passado para investigar as causas e dimensões do atraso tecnológico nacional, depois de ouvir cem depoentes, todos ligados a essa problemática: empresários ligados à empresa nacional e multinacional, entidades da classe empresarial, representantes do setor militar de pesquisa científica e tecnológica, e membros de instituições de ensino e pesquisa.

Mas antes de prosseguir na análise da política de abertura de mercado, suponho que seja interessante examinarmos um pouco mais de perto os esforços nacionais em pesquisa científica e tecnológica, bem como a estrutura de ensino do País, que precisa estar indissoluvelmente ligada ao sistema de Ciência e Tecnologia.

A exemplo do processo de industrialização nacional, a institucionalização de uma política de Ciência e Tecnologia começou a partir dos anos 50. Desde então foram criadas inúmeras instituições e instrumentos de fomento à pesquisa científica e tecnológica. Sucederam-se vários planos governamentais para o setor. Buscou-se capacitar recursos humanos. Nada disso deve ser desprezado, mas, a descontinuidade das políticas governamentais para o setor e a dissociação desses esforços em relação à política industrial e comercial brasileira, ao sistema de ensino básico e superior e ao sistema produtivo nacional não permitiram o pleno retorno do investimento realizado.

A situação atual do setor Ciência e Tecnologia é de caos, a julgar por alguns dos fatos ocorridos desde o início do Governo Collor, que começam a se evidenciar mais agudamente este ano. Em junho passado, o CNPq decidiu, pela primeira vez, desde a sua criação, em 1951, suspender, por falta de recursos, o recebimento e aprovação de novos projetos de pesquisa previstos para este ano. O Conselho Deliberativo do CNPq resolveu também não mais julgar os 2.406 projetos recebidos este ano pela instituição, e que deveriam ter sido apreciados em maio. No ofício em que informou essas decisões ao Secretário de Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, o CNPq comunicou também a falta de pagamento dos projetos aprovados no ano passado. Essa situação decorre da política de contingenciamento dos recursos orçamentários, posta em prática para combater a inflação, segundo o Governo. Em fevereiro, de acordo com declarações do seu Presidente, Marcos dos Mares Guia, o CNPq ainda não havia recebido 29 bilhões de cruzeiros do orçamento de 1991, descontingenciados em dezembro. Também deveria ter recebido 87 bilhões de cruzeiros referentes à parcela de janeiro do orçamento para 1992, mas só tinha recebido Cr\$ 15 bilhões. Os compromissos não cumpridos pelo CNPq naquela altura somavam dívidas de 52 milhões de dólares no exterior e 67 bilhões de cruzeiros no País, dos quais cerca de 70% correspondiam a projetos de pesquisa, convênios internacionais e compra de equipamentos. Do orçamento de 1,087 trilhão de cruzeiros destinado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, aquele órgão só havia recebido Cr\$ 240 bilhões em junho. Todavia, os problemas financeiros do setor não decorrem apenas de contingenciamento e não-liberação de recursos orçamentários pelo Governo. O próprio orçamento do setor científico e tecnológico tem sofrido quedas violentas nos últimos anos. Segundo informações do próprio Secretário de Ciência e Tecnologia, o orçamento do CNPq, que era de 59 milhões de dólares, em 1980, caiu para US\$ 17 milhões este ano, e o da FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos — foi reduzido de 23 milhões de dólares em 1980 para US\$ 19 milhões em 1992. De acordo com dados do CNPq, os recursos da União destinados à Ciência e Tecnologia são, em percentual do PIB, os mais baixos desde 1980.

Conforme o Secretário Hélio Jaguaribe, "A Secretaria de Ciência e Tecnologia teve seu orçamento reduzido em apenas 21%, mas foi afetada com o corte drástico nas verbas do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, que ficou na média dos 45%. Além do mais, o Governo teve que transferir para o segundo semestre a aplicação de 80% desses orçamentos já enxugados". Vale acrescentar que os recursos do FNDCT são atualmente os mais baixos de sua história.

O próprio Secretário reconhece que esse quadro é "insustentável para as instituições científicas", e que a situação da ciência no País é de "penúria". O resultado dessa política

de cortes orçamentários, contingenciamentos e não-liberações de recursos — que contrasta fortemente com o discurso governamental — tem produzido resultados danosos para a comunidade científica e para o País.

Bolsistas no exterior têm sofrido grandes constrangimentos com o atraso do pagamento de suas bolsas. Os salários dos pesquisadores beiram o ridículo. A “evasão de cérebros” é outro fenômeno decorrente disso. Só neste ano, quatro dos 25 PhDs do Instituto de Matemática Pura e Aplicada foram para o exterior. O Instituto, aliás, não tinha, até recentemente, dinheiro sequer para pagar suas contas de luz e água. As pesquisas básicas feitas pela Embrapa permitiram ao Brasil tornar-se, em pouco tempo, um dos maiores produtores de soja do mundo, propiciando uma economia anual de 1,5 bilhão de dólares, valor muito maior que o investimento governamental em pesquisa. O descaso foi o prêmio recebido pelos seus pesquisadores, dos quais 20% já deixaram a empresa. Um jovem recém-doutorado em biologia molecular na Inglaterra desistiu de seu emprego na Embrapa após um ano, declarando que prefere “ser músico de boate a voltar a trabalhar em pesquisa no Brasil”.

O Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das mais importantes instituições de pesquisa do País, anunciou a suspensão das inscrições para mestrado e doutorado, devido à impossibilidade de continuar desenvolvendo pesquisas por falta de recursos.

O Instituto Vital Brasil, apesar de ter capacidade de suprir a demanda nacional de vacina antitetânica, está com sua linha de produção paralisada. O Instituto era superavitário até 1989, quando a Central de Medicamentos deixou de comprar seus produtos, passando a privilegiar fornecedores privados com preços até 60% superiores. Desde então foi praticamente desativado. Em seus depósitos há cerca de 600 milhões de unidades farmacêuticas prontas, sem embalagem, e 20 bilhões de cruzeiros em matéria-prima da Ceme. Seu diretor comercial declarou, recentemente, em entrevista à imprensa, que o Instituto poderia voltar a funcionar com um investimento de um bilhão de cruzeiros.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, através de seu Presidente, Énio Candotti, acusou recentemente o Governo Federal de estar “destruindo” os institutos de pesquisa ao não definir uma política de ciência e tecnologia para o País. Classificando a situação como “gravíssima”, o presidente da SBPC disse que “as ajudas emergenciais prometidas não são cumpridas, e o pouco dinheiro disponível está sendo perdido em programas desencontrados”.

Parece, afinal, que em nome do combate à inflação estamos correndo o risco de perder um patrimônio duramente construído ao longo dos últimos 40 anos. Apesar de tudo, contamos com 60 mil pós-graduados, dos quais 33 mil são PhDs. Temos 400 pesquisadores por milhão de habitantes, contra 369 da Argentina, 101 do México, 300 da China e 6 mil dos Estados Unidos.

Esse contingente de pesquisadores tem uma produção considerável. O Instituto para a Informação Científica dos Estados Unidos colocava o Brasil em 27º lugar entre os trinta países que mais realizaram publicações científicas entre 1980 e 1989.

O esforço para a construção desse patrimônio não foi pequeno: um estudo do International Institute for Management Development, divulgado em julho de 1991, registrava que em 1989 o Brasil era o quinto colocado entre os países

de industrialização recente, no que dizia respeito aos gastos com pesquisa.

Um sistema de produção científica e tecnológica tem que estar necessariamente apoiado no sistema de ensino e em profunda inter-relação com ele. Ensino e pesquisa devem funcionar combinadamente, gerando uma massa crítica indispensável à produção de resultados, seja em pesquisa básica ou aplicada. A estrutura desejável nessa situação é piramidal, a exemplo do sistema seletivo que produziu o time de basquete norte-americano, para voltar ao exemplo que lhes apresentei. É bom lembrar que esse sistema é apoiado na estrutura quase que totalmente pública de ensino daquele país.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vale a pena examinar a situação do ensino nacional, que deveria ser a base de suporte do sistema científico e tecnológico. É importante ter em mente, por primeiro, que o nosso sistema de pós-graduação é, à semelhança da institucionalização do sistema de Ciência e Tecnologia e da industrialização do País, bastante recente. A Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi criada em 1952. Apenas em 1975 foi implementada uma política nacional de pós-graduação, que buscou sistematizar os esforços existentes nesse campo. Daquele ano até 1990, o número de cursos de mestrado cresceu de 490 para 955 e o de cursos de doutorado passou de 173 para 413. Um resultado considerável, apesar de ainda insuficiente, considerados os padrões de outros países.

O que é grave, entretanto, é a dissociação desse resultado da situação do restante do ensino no Brasil. Havia, em 1989, apenas um milhão e meio de alunos matriculados no ensino superior no País, cerca de somente um por cento da população. Destes, 61,5% freqüentavam os 682 estabelecimentos da rede particular de ensino que, com raras e honrosas exceções, não têm qualquer tradição em pesquisa. Isso significa que menos de 600 mil alunos de curso superior freqüentam escolas que tenham alguma relação direta com a atividade de pesquisa.

Ao contrário dos países desenvolvidos, onde o sistema público de ensino alavancou o progresso científico, tecnológico e econômico, no Brasil cerca de 66% dos egressos dos cursos de 2º grau são provenientes de escolas particulares. A excessiva privatização do ensino descharacteriza completamente a idéia de um sistema padronizado de formação dos jovens brasileiros, prejudicando as chances de melhor aproveitamento daqueles potencialmente mais promissores. Quêbrou-se, com isso, a perspectiva da igualdade de oportunidade e da seleção por mérito, substituindo-se esses princípios pela seleção segundo condições econômicas das famílias.

As condições de pobreza da população, aliadas a várias outras causas, gera uma tremenda evasão escolar. Assim, de cada 1.000 alunos matriculados na 1ª série do 1º grau, apenas 232 chegam à 2ª, 145 alcançam a 4ª, somente 86 atingem a 5ª série, e 63 chegam à 3ª série do 2º grau, 48 ingressam no ensino superior e somente 8 alunos concluem esse nível de ensino.

Além disso, temos um passivo em torno de 30 milhões de analfabetos absolutos. Não é difícil imaginar, conhecendo o País, que devemos ter outro tanto de analfabetos funcionais, aqueles que até assinam seus nomes e fazem operações matemáticas elementares, mas não sabem ler um anúncio de emprego num jornal ou escrever uma carta.

A formação de técnicos, em nível médio, é outra dificuldade. Em 1988, havia 106.424 matriculados em cursos técnicos, inclusive os do SENAI, enquanto havia 187.499 matricu-

lados em cursos superiores de engenharia. Isso evidencia uma relação de 1,76 alunos de engenharia para cada aluno de curso técnico. Nos países desenvolvidos a situação é inversa: há quatro ou cinco técnicos para cada engenheiro.

Não parece haver dúvida, diante desses dados, que o sistema de ensino brasileiro não pode alavancar mais progresso científico, tecnológico e econômico do que tem feito, isso sem entrar numa análise qualitativa do sistema, já suficientemente feita nas discussões dos anos recentes em torno da educação no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que agora já temos um quadro o mais bem delineado, que nos permitirá um melhor posicionamento sobre a situação.

A despeito de muitas adversidades e da sua juventude, o sistema científico e tecnológico nacional avançou, embora esteja vivendo uma crise sem precedente em sua curta história. A estrutura educacional brasileira padece de graves problemas, sem contar o imenso número de pessoas que a ela não tem acesso, seja pela própria pobreza da população, seja pela insuficiência do sistema em acolher e manter todas as crianças em idade escolar.

O parque industrial brasileiro, de recente instalação, depende em larga escala de tecnologia importada, por força da grande participação de empresas multinacionais na sua composição. De outra parte, demanda pouca tecnologia do sistema nacional de pesquisa e desenvolvimento pelo mesmo motivo. Além disso — como já frisei —, a tecnologia que utiliza é atrasada em relação a que é utilizada pelos países largamente industrializados, produtores de conhecimentos, em razão do aproveitamento, aqui, de sistemas, processos e equipamentos já inaceitáveis naqueles países. Vivemos, em resumo, uma situação de enorme atraso.

Acredito que agora já se possa formular a pergunta que motiva este pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O mercado brasileiro deve ser aberto nos termos em que vem sendo proposto pelo Governo do Presidente Collor?

Já verificamos quê, para competir com os produtos estrangeiros, teríamos que ter preço e qualidade suficientes para tanto. Qualidade se obtém com tecnologia e mão-de-obra qualificada, de que me parece não dispormos em quantidade e qualidade suficiente em todos os setores da economia. Preços dependem da composição formada por insumos e impostos. Apesar de termos mão-de-obra barata, o que não considero propriamente uma vantagem — não é por outra razão que o mercado interno é tão fraco —, o sistema nacional de impostos agrava profundamente os preços dos nossos produtos, quer para a consumo interno, quer para exportação.

Assim, temos uma equação complexa, que exige muita reflexão antes de ser resolvida. Mas o problema não pára por aí. O mercado brasileiro esteve fechado às importações durante muito tempo, posição defendida com veemência pela esquerda brasileira como forma de permitir a estruturação do sistema científico-tecnológico industrial nacional.

Os tempos mudaram, o liberalismo conseguiu hegemonia e parece muito ansioso pela abertura plena do mercado brasileiro aos países com os quais comerciamos. Temo ânsiedades. Temo posições ideológicas. Sou favorável, em termos, à abertura do mercado nacional. E que termos seriam esses?

Penso que uma análise profunda deve ser empreendida para que não façamos da abertura de mercado uma marcha batida, a toque de caixa, em direção ao abismo. Esse processo sofre, evidentemente, fortes pressões de nossos parceiros co-

merciais estrangeiros, o que não ocorre por acaso. Eles ambitionam ocupar nosso mercado, conhecedores que são das nossas vulnerabilidades. Fazem isso, é bom que se diga, em defesa de seus interesses.

Temos, portanto, que realizar essa abertura examinando profundamente cada caso. Precisamos, como eles, analisar pragmaticamente nossos interesses, e tomar decisões pensadas em cada situação, sob pena de estarmos comprometendo gravemente a soberania nacional. Parece-me evidente que não podemos ocupar todos os espaços, mercê da situação econômica nacional e das nossas carências no campo dos recursos humanos. Mas devemos, com certeza, escolher que espaços ocuparemos, a exemplo do que fazem os demais países do mundo, notadamente os países industrializados.

A ordem econômica mundial está mudando rapidamente. Uma nova divisão internacional do trabalho está sendo estabelecida. É preciso aproveitarmos o patrimônio que já temos, investir nele e escolher, soberanamente, à luz da realidade, que lugar pretendemos ocupar na nova organização mundial. Enfim, precisamos traçar uma estratégia de sobrevivência e progresso no difícil campo da competição econômica entre os povos.

Dispomos de vasto território, pleno de riquezas naturais, o que não me parece demais repetir. Temos algum patrimônio, duramente construído, no que diz respeito à capacidade científico-tecnológico e econômica nacional. E temos que conviver com o mundo que nos cerca, com todas as dificuldades que isso implica. Essas são as nossas condições reais.

Precisamos trabalhar muito e planejar a construção de um sistema educacional à altura de nossas necessidades. Essa deve, precisa, tem que ser a maior prioridade nacional. O Japão fez essa opção no século passado, com a Reforma Meiji. Não é por acaso que hoje desponta como um dos países mais ricos e mais capazes do mundo.

Sobre um sistema educacional consistente, poderemos construir tudo o que quisermos, seja um time de basquete para as olimpíadas, a capacitação científica e tecnológica nacional, uma economia sólida e até mesmo uma grande nação. Uma grande nação se faz com gente, com cidadãos, não com descamisados famintos e analfabetos, prontos a acreditar no primeiro "messias" que lhes aparecer, por falta de quaisquer outros meios e até de esperanças.

Se não agirmos assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dentro de trinta ou cinquenta anos poderemos estar discutindo não se abrimos o mercado, mas que mercado teremos a abrir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte.

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1992, que susta a Instrução Normativa nº 23, de 26 de fevereiro de 1992, do Diretor do Departamento da Receita Federal, que "fixa valores para resarcimento dos selos de controle de cigarros", e o Decreto nº 453, da mesma

data, do Presidente da República, que "altera a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, incidente sobre os cigarros". (Dependendo de Parecer.)

— 2 —

OFÍCIO Nº S/23, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Ofício nº S/23, de 1992, pelo qual o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul solicita a retificação da Resolução nº 75, de 1991, do Senado Federal. (Dependendo de parecer.)

— 3 —

REQUERIMENTO Nº 442, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 442, de 1992, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Generalização injusta e perigosa", de autoria do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Paulo Brossard, publicado no jornal **Zero Hora**, de 22 de junho de 1992.

— 4 —

REQUERIMENTO Nº 473, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 473, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Introdução da "Constituição Federal Brasileira", comentada por João Barbalho, editado pela Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal, e da apresentação feita pelo Senador Mauro Benevides à referida obra.

— 5 —

REQUERIMENTO Nº 484, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 484, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Para tranqüilidade da Nação" publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 1º de julho de 1992.

— 6 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992 (nº 83/91, na Câmara dos Deputados), que altera o artigo 29 da Constituição Federal. (1ª sessão de discussão.)

— 7 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1992

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1992, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros Senadores, que dá nova redação ao artigo 47 da Constituição. (2ª sessão de discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 46 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE

Nº 335, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no art. 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.039/92-9, resolve nomear MARIA APARECIDA BEZERRA GODOY para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador César Dias.

Senado Federal, 19 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATA DA COMISSÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

19ª reunião, realizada em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 12 de agosto de 1992

As dez horas e trinta minutos do dia doze de agosto de mil novecentos e noventa e dois, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Nelson Carneiro, com a presença dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Raimundo Lira, Élcio Alvares, José Eduardo, Esperidião Amin, Maurício Corrêa, Ronaldo Aragão, Antônio Mariz, Coutinho Jorge, Nelson Wedekin, Wilson Martins, Magno Bacelar, João Calmon, Mário Covas, Ronan Tito, Carlos Patrocínio, Dário Pereira e Meira Filho, reúnem-se as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aluízio Bezerra, César Dias, Nabor Júnior, José Fogaça, Ruy Bacelar, Guilherme Palméira, Henrique Almeida, Marco Maciel, José Richa, Beni Veras, Valmir Campelo, Levy Dias, Júnia Marise, Albano Franco e Moisés Abrão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Nelson Carneiro declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e, a seguir, comunica que a presente reunião destina-se à discussão do PLC nº 65/92, que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no cap. III, título VII da Constituição Federal". Após os debates, fica acertado entre os Senhores Presidentes das duas Comissões, Senadores Nelson Carneiro e Raimundo Lira, que a matéria será apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, a seguir, pela Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência declara cumprida a finalidade da reunião, encerrando-a às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Nelson Carneiro.